

# Diário do Legislativo de 25/08/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB-PP--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Vanderlei Miranda

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente  
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado BSD  
Lafayette de Andrada

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Padre PT  
João

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado Delvito Alves BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PTB Presidente  
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente  
Guedes

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado Doutor PDT  
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Doutor Rinaldo BPS  
Valério

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente  
Uejo

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado BPS  
Sebastião Costa

Deputado Padre PT  
João

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Delvito BSD  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Neider BPS

Moreira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente  
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente  
Juninho Araújo

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Marcus BSD  
Pestana

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD  
Fabiano

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente  
Malheiros

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado BSD

Deputado DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro Silva

Deputado Delvito Alves BSD

Deputado DEM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado Fahim BSD Vice-Presidente  
Sawan

Deputado BPS  
Antônio Genaro

Deputado PMDB  
Vanderlei  
Miranda

Deputado Delvito BSD  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente  
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente  
Marra

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves BSD

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputada Rosângela BPS  
Reis

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BSD Presidente  
Maia

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado BSD  
Lafayette de  
Andrada

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado BPS  
Agostinho Patrus  
Filho

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

Deputado PMDB  
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD  
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS  
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente  
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente  
Souza Cruz

Deputado Luiz BSD  
Humberto  
Carneiro

Deputado Almir PT  
Paraca

Deputado Gil BSD  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente  
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Gil BSD  
Pereira

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Wander BPS  
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Duarte BSD  
Bechir

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS Presidente  
Carlos Arantes

Deputado BSD Vice-Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Dilzon BSD  
Melo

Deputado Chico BPS  
Uejo

Deputado Carlos PT  
Gomes

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente  
Braz

Deputada Ana BSD Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Dimas BSD  
Fabiano

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca BSD  
Ferreira

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM  
Muniz

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Doutor PDT  
Ronaldo

Deputado Marcus BSD  
Pestana

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente  
Leite

Deputada Maria PT Vice-Presidente  
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Pinduca BSD  
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Marcus Pestana BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado Marcus BSD  
Pestana

Deputado Dilzon BSD  
Melo

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar PDT Presidente  
da Silveira Jr.

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado Fábio BPS  
Avelar

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente Lúcio PDT

Deputado Zezé Perrella PDT

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Padre PT  
João

Deputado Gil DEM  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Dimas Fabiano DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

#### SUMÁRIO

##### 1 - ATAS

##### 1.1 - Reunião de Comissões

##### 2 - ORDENS DO DIA

##### 2.1 - Plenário

##### 2.2 - Comissões

##### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 3.1 - Plenário

##### 3.2 - Comissão

#### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATAS

Ata da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 7/7/2010

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Cássio Eduardo Rosa Resende, Superintendente-Geral do Instituto Mário Penna, convidando a Comissão a visitar essa instituição. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.099/2009 em turno único (relator: Deputado Fahim Sawan); 4.507/2010 em 1º turno e 4.649/2010 em turno único (relator: Deputado Carlos Pimenta); 4.587/2010 em turno único (relator: Deputado Doutor Rinaldo Valério); e 4.622/2010 em turno único (relator: Deputado Ruy Muniz). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.155/2010 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, apresentada pelo relator, Deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.232/2010 (relator: Deputado Carlos Pimenta), 4.525/2010 (relator: Deputado Fahim Sawan), 4.538/2010 (relator: Deputado Doutor Rinaldo Valério), 4.563/2010 (relator: Deputado Ruy Muniz), 4.565/2010 (relator: Deputado Fahim Sawan), 4.571/2010 (relator: Deputado Doutor Rinaldo Valério) e 4.585/2010 (relator: Deputado Ruy Muniz), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.261, 6.373 e 6.374/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.315, 4.322, 4.411, 4.422, 4.427 e 4.458/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi, em que solicita seja realizada visita ao Instituto Mário Penna a fim de conhecer a instituição e sua estrutura hospitalar; Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação da saúde pública em Montes Claros; Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para tratar do tema "Saúde pública e combate à dengue no Município de Betim"; Doutor Rinaldo Valério e Eros Biondini, em que solicitam seja encaminhado pedido de providências ao Ministério da Saúde com vistas à ampliação da faixa etária em que se pode doar sangue. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Rinaldo Valério - Fahim Sawan.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 8/7/2010

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sebastião Costa, Ademir Lucas (substituindo o Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD) e Fábio Avelar (substituindo o Deputado Chico Uejo, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.687 e 4.699/2010, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Chico Uejo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Célio Moreira - Padre João - João Leite.

Ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 4/8/2010

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Humberto Carneiro, Ademir Lucas e João Leite (substituindo o Deputado Braulio Braz, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Humberto Carneiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 520 e 723/2007, 2.305/2008, 4.171, 4.232, 4.262, 4.307, 4.345, 4.355, 4.448, 4.450, 4.475, 4.490, 4.493, 4.494, 4.504, 4.505, 4.519, 4.520, 4.522, 4.525, 4.529 e 4.530/2010 (Deputado João Leite); 4.534, 4.535, 4.538, 4.539, 4.542, 4.544, 4.545, 4.551, 4.553, 4.556, 4.563, 4.565, 4.567, 4.570, 4.571, 4.572, 4.573, 4.577, 4.580, 4.581, 4.583, 4.585, 4.596 e 4.600/2010 (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 520 e 723/2007, 2.305/2008, 4.171, 4.232, 4.262, 4.307, 4.345, 4.355, 4.448, 4.450, 4.475, 4.490, 4.493, 4.494, 4.504, 4.505, 4.519, 4.520, 4.522, 4.525, 4.529, 4.530, 4.534, 4.535, 4.538, 4.539, 4.542, 4.544, 4.545, 4.551, 4.553, 4.556, 4.563, 4.565, 4.567, 4.570, 4.571, 4.572, 4.573, 4.577, 4.580, 4.581, 4.583, 4.585, 4.596 e 4.600/2010, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - João Leite - Lafayette de Andrada.

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 5/8/2010

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências urgentes para sanar os graves problemas ambientais do Município de São Sebastião do Paraíso, especialmente a poluição dos Córregos Liso e Sapé; e Carlin Moura, em que solicita seja realizada visita à Rua Dorinato Lima, esquina com a BR-381, no Bairro Amazonas, Município de Contagem, com a finalidade de vistoriar obra de canalização hidráulica da Copasa-MG cujas manilhas mostram-se insuficientes para escoar a água em períodos de chuvas. Registra-se a presença do Deputado Eros Biondini. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2010.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - João Leite - Duarte Bechir.

Ata da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 10/8/2010

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Gil Pereira, por indicação da Liderança do BSD) e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.637/2010, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.476/2010. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.529/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Em seguida, o Presidente recebe requerimentos dos Deputados Wander Borges em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o Projeto Quarta Pelotização, que prevê a expansão das plantas da Samarco Mineração, a construção de um mineroduto e de concentrador, conforme veiculado no jornal "O Tempo" em 14/7/2010; e Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir os impactos da expansão do Condomínio Alphaville, denominada Alphaville Fase II. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente.

Ata da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 10/8/2010

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Vinícius Monteiro de Barros, Chefe da Defensoria Pública da União no Estado, e Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG, publicados no "Diário do Legislativo" (5/8/2010). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Em virtude de aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, aprovado pela Comissão, é adiada a discussão do Projeto de Lei nº 4.462/2010, no 1º turno (relator: Deputado Elmiro Nascimento), cujo parecer conclui pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.516/2010, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Padre João. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.548, 6.549, 6.550 e 6.557/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulado ao Secretário de Defesa Social pedido de esclarecimentos e de providências relativos à situação dos agentes socioeducativos e penitenciários. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2010.

Délio Malheiros, Presidente.

Ata da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 11/8/2010

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Agostinho Patrus Filho, Inácio Franco, Ademir Lucas (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD) e João Leite (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão; e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas; Marcelo Pereira Borges, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (2); Carlo Roberto Simi, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego; Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social (4); Cleber Fernando de Almeida, Coordenador-Geral da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (5); José João Reis, Chefe do Departamento de Administração Financeira da Embrapa; Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da Agência Nacional de Águas; Eugenio da Costa Arsky, Coordenador-Geral de Convênios do Ministério do Turismo (substituto); e das Sras. Rosimeire Gomes de Souza da Silva, Coordenadora-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (substituta) e Alessandra Oliveira Gontijo, Diretora Executiva do Grupo de Educação, Ética e Cidadania, publicados no "Diário do Legislativo" de 5/8/2010. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 4.256, 4.413 e 4.489/2010 são retirados da pauta por determinação do Presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação do Projeto de Lei nºs 4.135/2010 no

2º turno, na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Agostinho Patrus Filho); pela aprovação das Emendas nºs 2 a 4, apresentadas no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 4.699/2010 (relator: Deputado Ademir Lucas); e pela rejeição da Emenda nº 2, apresentada no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 4.687/2010 (relator: Deputado João Leite). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Jayro Lessa, Presidente - Antônio Júlio - Agostinho Patrus Filho - Tiago Ulisses.

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 11/8/2010

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Eros Biondini e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eros Biondini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão; e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Geraldo Thadeu, Deputado Federal; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG (2), e Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional do DNIT (substituto), publicados no "Diário do Legislativo" de 5/8/2010. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.477/2010. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.475/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2010.

João Leite, Presidente - Padre João - Wander Borges.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 120, em 17/8/2010

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Ademir Lucas (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), Délio Malheiros (substituindo o Deputado Fábio Avelar, por indicação da Liderança do BPS) e João Leite (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 120, que altera a Lei Complementar nº 84, de 25/7/2005, e a Lei nº 5.406, de 16/12/69, e transforma os cargos que menciona. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 120. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2010.

Gustavo Valadares, Presidente - Ademir Lucas - João Leite.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/8/2010

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do ciclo de debates sobre a mobilidade urbana.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 120, que altera a Lei Complementar nº 84, de 25/7/2005, e a Lei nº 5.406, de 16/12/69, e transforma os cargos que menciona. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.640/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 241.149.195,97, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria, no âmbito do Estado, o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos conselhos comunitários de segurança pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.256/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.939, de 29/12/2003. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.413/2010, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.489/2010, do Governador do Estado (sobre a Emenda nº 1).

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.568/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.566/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.570/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.480; 6.482 e 6.483/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 6.523 e 6.524/2010, do Deputado Wander Borges; 6.531/2010, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 6.561 e 6.562/2010, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.723/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 25/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.573/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 25/8/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 120, que altera a Lei Complementar nº 84, de 25/7/2005, e a Lei nº 5.406, de 16/12/69, e transforma os cargos que menciona; do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria, no âmbito do Estado, o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências; 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos conselhos comunitários de segurança pública localizados no Estado; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais a alienar os imóveis que especifica; 4.256/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.939, de 29/12/2003; 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e dá outras providências; e 4.640/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$241.149.195,97, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Irani Barbosa, João Leite, Padre João e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/8/2010, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ademir Lucas, Presidente "ad hoc".

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.523/2010

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Futebol Amador Cuidar e Educar de Moema – Afacem –, com sede no Município de Moema.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.523/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Futebol Amador Cuidar e Educar de Moema – Afacem –, com sede no Município de Moema. Entidade sem fins econômicos, tem como finalidade a difusão de atividades cívicas, culturais e desportivas, especialmente o futebol, nas categorias de base e amadorista.

Além disso, a instituição prioriza o esporte especializado, promovendo a prática de modalidades esportivas amadoristas especializadas.

Considerando a importância da prática desportiva para a qualidade de vida dos habitantes de Moema, especialmente dos mais jovens, acreditamos ser a Associação merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.523/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Gláucia Brandão, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.723/2010

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Piranguense de Artesanato – APA –, com sede no Município de Piranguçu.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.723/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Piranguense de Artesanato – APA –, com sede no Município de Piranguçu, entidade sem fins econômicos, que desempenha importante trabalho social.

Com efeito, a instituição contribui para o desenvolvimento da produção artesanal do Município de Piranguçu, promovendo a melhoria da qualidade de vida da comunidade, promove a integração de seus associados, apoia o artesão e o produtor caseiro e protege o meio ambiente, incentivando a reciclagem de materiais e a busca de soluções para a poluição ambiental. Além disso, estimula a exploração sustentável dos recursos hídricos existentes, o desenvolvimento, a inclusão social, a economia solidária e o combate à pobreza.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.723/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/8/2010

O Deputado Eros Biondini - Deputado José Henrique, Sr. Presidente; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; servidores da Casa; imprensa presente; amigos que nos acompanham das galerias do Plenário; família mineira que nos acompanha nas centenas de Municípios onde chega o sinal da TV Assembleia, boa tarde. Trabalhamos para que os 853 Municípios mineiros captem em breve o sinal da TV Assembleia, o que nos aproximará daqueles que representamos nos quatro cantos deste nosso querido Estado.

Nesse final de semana, dois eventos marcaram e engrandeceram a vivência da Semana Nacional da Família, que concluímos no último domingo. Foi uma semana marcada por encontros e manifestações em favor da família, em defesa da vida e na luta contra o aborto. No sábado, em Conceição do Pará, participei, mais uma vez, da graduação de dezenas de jovens recuperados das drogas. Foi um momento de muita emoção. Inúmeras vezes pude viver esse momento, acompanhando de perto toda a rede formada pelas entidades de recuperação de dependentes químicos no Estado. Famílias que, há pouco menos de um ano, nos procuraram, desesperadas por terem os filhos envolvidos com as drogas, vivendo todas as consequências disso em casa - ameaças, dificuldades e sofrimento das crianças, jovens e pais - agora sorriem novamente. Foi maravilhoso ver a alegria nos rostos dos pais, filhos e irmãos; ver o semblante emocionado de um pai que, após anos de vício, estava recuperado, recebendo da filha de 6 anos uma rosa e das mãos de D. Vera, coordenadora da Fazenda Vida e Renascer, em Conceição do Pará, a Bíblia.

Isso nos encheu de alegria e esperança. O mal das drogas tem afetado e assolado todas as famílias, direta ou indiretamente, pois todos têm um parente, amigo, vizinho ou conhecido que passa pelo problema do uso ou abuso de drogas. Por outro lado, temos apontado o caminho da recuperação. É claro que trabalhamos políticas públicas visando, sobretudo, a educação e a prevenção para que os jovens, orientados e instruídos, não sejam seduzidos pelas drogas. Porém, sabemos que quase se perdeu o controle dessa orientação dos adolescentes e jovens. Trabalhamos a educação e a orientação, e sou autor de uma proposta de emenda à Constituição que trata de inserir a matéria da prevenção do uso de drogas como obrigatória nas escolas. Enquanto trabalhamos com a questão da formação, temos que investir urgentemente na recuperação daqueles que já caíram no vício. Por isso temos acompanhado as quase 300 fazendas de recuperação em Minas Gerais.

Faço um esclarecimento: o ex-Governador Aécio Neves e o Governador Anastasia implantaram e fortaleceram a Subsecretaria de Políticas Antidrogas. Isso foi um grande ganho para Minas Gerais, porque há uma visão ampla e amadurecida de que, sem a parceria do governo com as entidades vocacionadas, a recuperação é quase inviável. O que os governos não conseguem realizar em qualquer país, se houver sabedoria, conseguirá realizar se investir nas entidades filantrópicas vocacionadas para essa causa. Isso foi feito em Minas Gerais, e hoje temos centenas de fazendas de recuperação estruturadas, equipadas e capacitadas para receber jovens e adultos, homens e mulheres que pedem socorro e decidem sair do vício das drogas.

Esse primeiro encontro, no sábado, para graduação de dezenas de jovens que estão saindo do vício das drogas e se recuperando, foi para mim motivo de profunda alegria. Se há uma bandeira que levanto desde o primeiro dia de mandato nesta 16ª Legislatura, é a da recuperação e valorização dos nossos jovens. Há esperança, e ela passa por esta Casa, pelo governo, pelas entidades vocacionadas - comunidades terapêuticas e fazendas de recuperação de dependentes químicos. Parabéns a todos os coordenadores de fazendas de recuperação; a todos os voluntários que, árdua e assiduamente, trabalham por essa causa; e às famílias que, pela espiritualidade e pela fé, têm conseguido encontrar esperança e levá-la a seus filhos. É impressionante o número de jovens que há algum tempo não se abririam a uma mão estendida e que hoje estão pedindo socorro e aceitando ajuda. Aproveito para lembrar que é fundamental que a própria pessoa queira largar o vício das drogas e que ela mesma se posicione pedindo ajuda. Isso tem acontecido; aliás, graças a Deus, temos até filas de pessoas que querem ser internadas para se recuperar desse vício.

No domingo, finalizando com chave de ouro a Semana da Família, participamos da XV Peregrinação da Juventude na Serra da Piedade. A juventude católica se mobilizou, e mais de 10 mil jovens se reuniram nesse encontro inesquecível com o nosso Bispo D. Joaquim Mol, que conduziu a todos de maneira brilhante. Realmente, foi uma manifestação de fé que nos emocionou a todos e que mostrou que a juventude está consciente de que, para termos um mundo novo, precisamos de homens e mulheres novos, não exatamente na idade, mas de coração e mente renovados, com o coração cheio de amor e fé. Os que acham que a juventude caminha em direção ao esfriamento da fé e de sua manifestação estão completamente enganados. A provar o contrário aí estão o Pe. Fábio de Melo, com quem convivo diariamente, levando multidões a momentos de espiritualidade e fé, o Pe. Marcelo Rossi e tantos companheiros que defendem a mesma causa que eu, na Canção Nova e em outros movimentos carismáticos. Os jovens encontram-se hoje às multidões para manifestar sua fé e esperança e, mais do que isso, para se posicionar como protagonistas de um mundo melhor e de uma sociedade mais justa. Ouso dizer que nunca vimos isso com a intensidade que vemos agora, como pode comprovar quem estava na Serra da Piedade e presenciou mais de 10 mil jovens erguendo suas mãos em louvor e ouvindo de nosso Bispo D. Joaquim Mol palavras de incentivo, de valorização e motivação para que a juventude, encontrando o caminho certo, desencadeie um processo de restauração de nossas famílias e da nossa sociedade. Digo isso porque, apesar de às vezes julgarmos que o jovem é o problema das nossas famílias, esse jovem, recuperado, pode ser a solução para uma família desestruturada. Muitos jovens que eram o problema de sua casa, depois de recuperados de seu vício, passando por uma fazenda de recuperação, tornam-se o esteio de sua família e acabam sendo os responsáveis pela total reestruturação familiar. Repito que mais de 10 mil jovens foram à Serra da Piedade e quero abraçar a todos eles, ou melhor, a todos os jovens de Minas Gerais e dar os parabéns a essa juventude que cada vez mais se conscientiza de que, pela fé, pela oração e pela ação - por suas obras caritativas -, pode fazer a diferença na construção de um mundo melhor. A 15ª Peregrinação se insere no contexto do jubileu de Nossa Senhora da Piedade. Em 2010, comemoramos o cinquentenário da proclamação oficial de Nossa Senhora da Piedade como padroeira do Estado de Minas Gerais, Sr. Presidente. São 50 anos, o Jubileu de Ouro. A juventude não podia ficar fora dessa festa. No domingo à tarde, encerramos o evento dando um espetáculo de fé, de amor, de participação e de solidariedade. Jovens católicos de vários movimentos estavam lá mobilizados. Parabéns à Pastoral da Juventude de Minas Gerais, da Arquidiocese de Belo Horizonte e de todas as outras; aos jovens do Ministério Jovem, da Renovação Carismática e aos jovens paroquianos, que se mobilizaram de maneira exemplar. Na ocasião, D. Joaquim Mol anteviu, além da Copa do Mundo, outro grande acontecimento de 2014: a Jornada Mundial da Juventude no Brasil. Em 2014, mais de 1 milhão de jovens do mundo visitarão o País para celebrar essa jornada. D. Joaquim nos convidou e nos convocou para estarmos na Jornada Mundial da Juventude que acontecerá em meados de 2011, em Madri, na Espanha. Temos a certeza de que os jovens de Minas Gerais, mobilizados, participarão como protagonistas dessa nova sociedade, firmarão o compromisso de, no próximo ano, participar da Jornada Mundial da Juventude em Madri. Os que não puderem ir participarão aqui, em Belo Horizonte, do BH na Jornada, grande movimento de mobilização jovem não apenas de católicos, mas também de fiéis de outras denominações religiosas, que se juntam a nós para celebrar a vida e que têm também a missão de defendê-la. Sr. Presidente, a 15ª Peregrinação da Juventude à Serra da Piedade teve como lema "Juventude com Maria em defesa da vida", muito bonito e fundamental. Parabéns à Arquidiocese de Belo Horizonte, que proporcionou esse grande encontro, e aos jovens que lá estavam com novo ardor missionário, expressando sua fé de forma renovada, fervorosa. Parabéns pela defesa da vida, tema hoje tão importante para nós. Categoricamente, D. Joaquim conclamou o povo a repetir que somos defensores da vida desde a sua concepção até a morte natural, até o seu fim natural. Em hipótese alguma abaixaremos a bandeira da vida. Em hipótese alguma abaixaremos a guarda. Defenderemos a vida em todas as suas dimensões e etapas. Protegeremos a vida até mesmo no lugar em que ela deveria ser mais segura, ou seja, o ventre materno. Concluo recitando um dos salmos de Davi: "Minha alma está segura, Senhor, em tuas mãos como uma criança está segura no ventre de sua mãe". Buscamos essa segurança, lutamos por ela, Sr. Presidente. Eis, pois, nossa alegria de dar a esta Casa e à população de Minas Gerais a notícia desses dois grandes acontecimentos: a graduação dos ex-dependentes químicos no

sábado e a 15ª Peregrinação da Juventude à Serra da Piedade, fechando a Semana Nacional da Família. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, saúdo os colegas Deputados e todos os que nos acompanham pela TV Assembleia. A princípio, gostaria de destacar dois assuntos que entendo serem de fundamental importância para todo o povo mineiro. Desde 2003 nos empenhamos em garantir a qualidade de vida no campo. Entendo que, quando garantimos a qualidade de vida no campo, viabilizamos à criança, ao jovem e à mulher um plano de vida na zona rural, no interior. Essa ação ajuda, e muito, todos nós mineiros e brasileiros. A falta de investimento, sobretudo na zona rural, no interior, nos Municípios pequenos, especialmente nas décadas de 70 e 80, provocou um grande êxodo rural. A ausência de políticas públicas agrícolas, agrárias, de crédito, de assistência técnica, de comercialização específica e de agroindústria é que levou a um empobrecimento, e a única forma de sobrevivência é o êxodo para os grandes centros. Atualmente há um esforço - nosso mandato sempre esteve em sintonia com o governo Lula - com os programas do governo federal, para buscar reverter essa situação. O acesso à terra é uma das ações importantes que vêm sendo aprimoradas nas duas linhas, seja pela forma de desapropriação, seja na aquisição de terras, seja por meio do Incra, seja por intermédio do crédito fundiário. Esse programa foi pauta de várias audiências públicas solicitadas por este parlamentar, na busca de resolver os problemas antigos dos remanescentes do Banco da Terra e colher propostas para aprimorar o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Ao longo do Estado, há exemplos em que os próprios empregados se reuniram e compraram a fazenda onde trabalhavam como meeiros ou no regime de terça, e obtiveram sucesso, com produção e até área de produção coletiva.

Outro esforço do mandato, junto ao programa do governo federal, foi a discussão em relação à assistência técnica. Como oferecer ao agricultor uma assistência técnica diferenciada, respeitando-se a própria iniciativa, o sonho do agricultor da agricultura familiar de produzir alimentos com segurança, com a superação do uso do veneno, enfim, por meio de uma produção agroecológica. Obtivemos outro avanço com o Programa de Aquisição de Alimentos, em que o governo federal, por meio da Conab e em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, adquire os produtos da agricultura familiar e os doa às entidades. Cada agricultor familiar pode vender até R\$4.500,00 por ano e, ao fim de cada projeto, somam-se aos R\$9.000,00 que cada agricultor pode vender para a alimentação escolar. Fizemos também várias audiências públicas nesta Casa e algumas no interior, até mesmo construindo a minuta da regulamentação da lei federal que exige que no mínimo 30% dos recursos destinados ao Estado e aos Municípios sejam para adquirir os produtos da agricultura familiar. Justamente com esse programa conseguimos finalmente avançar no Estado de Minas Gerais, antes mesmo da nossa discussão sobre o decreto. Encerramos o primeiro semestre deste ano com uma emenda de nossa autoria, que trata da redução do ICMS dos produtos da agricultura familiar, até mesmo do leite e seus derivados. Isso é uma grande conquista dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que, de forma organizada, tanto pelo associativismo quanto pelo cooperativismo, vendem os seus produtos, por meio da Conab, para o governo federal. Esses produtos ficam no Município e são destinados a creches, Apaes, asilos, escolas, enfim a todas as entidades devidamente documentadas e que prestam serviços à sociedade. A redução do ICMS de 18% para 12% e 7% foi uma conquista dos trabalhadores e trabalhadoras, tendo nesta Casa aliados na construção dessa conquista. Qual é o grande problema que ainda enfrentamos? É importante destacar que, quando garantimos qualidade de vida no campo, estamos a serviço dos urbanos e dos rurais; quando impedimos o crescimento desordenado dos grandes centros, estamos ajudando quem mora nas cidades; quando conseguimos, a cada ano, uma produção recorde de alimentos de qualidade, estamos a serviço de toda a população, urbana e rural. Dessa forma, estamos dando segurança a quem mora na cidade de ir ao mercado, ao supermercado e à feira e comprar verduras, legumes e frutas de qualidade e ainda garantindo saúde às pessoas. Com uma produção recorde a cada ano, está sendo assegurada às pessoas da cidade uma alimentação mais em conta. Hoje todos têm acesso ao alimento, de forma digna, sem precisar mendigar, sem precisar passar por humilhações para ter uma boa alimentação, com carnes, legumes, verduras e frutas. Houve, sim, um grande avanço no acesso à alimentação graças aos programas federais. No último ano do governo estadual, conseguimos pelo menos isso. Se não há investimento direto no campo, pelo menos houve redução do ICMS dos produtos da agricultura familiar. Dessa forma, o agricultor familiar supera um grande gargalo histórico, os atravessadores. Hoje o agricultor produz, agrega valor a sua produção e a vende. Aí, sim, passa a ter renda. É verdade que precisamos avançar muito mais, muito mais, mas infelizmente ainda falta compromisso no Estado de Minas Gerais.

Gostaria de chamar a atenção dos nobres colegas, Deputados e Deputadas, e dos telespectadores para um segundo assunto. A temperatura no interior está oscilando de 5º a 12º. Foi o que enfrentei antes de ontem e ontem. Em Minas Gerais, ainda há mais de meio milhão de pessoas sem energia elétrica. O governo federal garante a maior parte dos recursos para o programa Luz para Todos, e o governo estadual contribui com apenas 11%. É isso o que está assinado no convênio realizado entre o governo federal, Ministério de Minas e Energia e a Eletrobrás. É uma vergonha, pois o programa deveria atender a no mínimo 10 mil famílias por mês. Na audiência pública realizada no semestre passado, percebemos que o programa estava ligando, em média, 2 mil pontos por mês. Se esse cronograma de execução continuar dessa forma, chegaremos a dezembro sem nem sequer ter sido atendido um quarto da demanda. Peço compromisso ao governo do Estado e responsabilidade e compromisso à Cemig, empresa de capital aberto, de economia mista, que tem de enxergar o meio rural. Deputado Paulo Guedes, não temos como convencer o jovem a permanecer no campo, na roça. Como faremos isso se lá não há sequer energia elétrica? Isso ocorre por má vontade da Cemig e por falta de empenho do governo do Estado em garantir a execução desse programa tão importante, o Luz para Todos. Não temos como convencer as pessoas a permanecerem no campo. A demanda atual é de internet e há tantas outras demandas, mas lá não há sequer energia elétrica.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Deputado Padre João, primeiramente quero parabenizá-lo por tocar em um tema tão importante e dizer que somos testemunhas do que está acontecendo, da morosidade, da falta de vontade da Cemig em fazer, de fato, a execução do programa Luz para Todos em Minas Gerais. Isso não ocorre por falta de recursos. O governo federal já fez a sua parte, já destinou recursos, há dinheiro na conta, o que falta é boa vontade. Já realizamos várias audiências públicas no interior do Estado e aqui na Assembleia. A Cemig estabeleceu metas que infelizmente não estão sendo cumpridas. Estou vindo do Noroeste de Minas, estive lá no final de semana, visitei várias comunidades rurais de Arinos e Uruçuia e vi que, em Arinos, houve apenas 12% de execução do programa, o que significa que 88% das famílias cadastradas ainda não foram atendidas. Isso é um absurdo. Trata-se de uma empresa que está com lucros abusivos. Pagamos a conta de luz mais cara do Brasil, mas a empresa não investe no social. O governo tem de mudar a prioridade. Se há recursos, financiamentos do governo federal, dinheiro que o Presidente Lula destinou ao programa, por que tanta morosidade para atender aos mais pobres, aos trabalhadores rurais que precisam de energia no campo? Deputado Padre João, quero aproveitar a oportunidade para lembrá-lo de que firmamos compromisso, em reunião realizada na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, de promover uma audiência pública para discutir a questão dos assentamentos no que se refere a licenciamento ambiental. Nas últimas duas semanas, vimos a prisão do ex-Presidente do IEF. As nossas denúncias feitas neste Plenário de indústria das multas e da máfia do carvão ficaram provadas com a prisão desses funcionários públicos de primeiro escalão do Estado, que estavam usufruindo dos seus cargos para surrupiar, abusar e cobrar propinas dos produtores rurais da nossa região do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Mucuri e do Noroeste. Portanto propomos a abertura de uma CPI para investigar esse caso. Tentamos criar essa CPI no ano passado, mas o governo não deixou. Espero que, com esses escândalos esclarecidos e com a prisão dos envolvidos, o governo deixe esta Casa investigar. Chega de mordada! A Assembleia Legislativa precisa investigar algo. São oito anos sem uma CPI, sem investigar nada aqui nesta Casa.

O Deputado Padre João - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Concluo, Sr. Presidente, pedindo ao governo do Estado e ao Presidente da Cemig, Djalma Morais, empenho. Espero que possam enxergar no Estado de Minas as crianças, os jovens, os homens e as mulheres do meio rural e que façam pelo menos o mínimo para garantir qualidade de vida a eles. Se investirmos em quem está no campo, se lhes garantirmos qualidade de vida, daremos nossa contribuição a quem está na cidade. Isso ocorrerá quando acessarem alimento de qualidade mais barato, quando impedirmos o crescimento desordenado e oferecermos a todos maior segurança. Assim, encerro o meu apelo. Deputado Paulo Guedes, realizaremos audiência pública, de novo, ainda neste mês de agosto, com a Cemig, para acompanhar a execução das ligações do programa Luz para Todos no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente desta reunião; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, caríssimos acadêmicos da nossa querida Barbacena, imprensa presente, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.**

**Ilustre Deputado Padre João, nosso líder na Casa, o pronunciamento de V. Exa. mais uma vez foi de fundamental importância. V. Exa. chama a atenção para uma falha, um descuido da nossa empresa pública Cemig, que poderia cumprir um papel social mais eficiente em Minas Gerais, especialmente no que diz respeito à agilidade desse importante programa social do governo federal, o Luz para Todos, em parceria com a referida empresa. Que eu lembre, nos últimos dois anos, V. Exa. tem reiteradamente pleiteado mais agilidade na implementação do Luz para Todos, programa fundamental para o homem do campo, para as famílias de baixa renda no Estado.**

**A empresa Cemig precisa passar por uma reformulação, por uma reflexão sobre o seu papel social. Ela adquire a empresa Light, do Rio de Janeiro, cuja conta de luz é mais barata do que a de Minas Gerais. Ou seja, os mineiros estão pagando uma conta de luz mais cara do que a que se paga no Rio de Janeiro. Trata-se de uma lógica social invertida. E o mais grave, Deputado Padre João, é que na semana passada, em reunião com empresários, sindicalistas e trabalhadores da cidade de Contagem, questionou-se um assunto muito importante: a Cemig, empresa dos mineiros, uma empresa pública de Minas Gerais, está sendo gerida sob a mesma ótica que regeu este país à época do Fernando Henrique Cardoso. Quando a Petrobras fez seus navios petroleiros em Singapura, a Cemig adquiriu os seus transformadores e fez a manutenção deles no Rio de Janeiro ou em São Paulo. E as empresas que faziam reforma e manutenção dos transformadores da Cemig, localizadas em Belo Horizonte ou na cidade de Contagem, deixaram de fazer tais reformas e manutenções, fechando postos de trabalho e deixando de gerar divisas para o povo de Minas Gerais. Isso é muito preocupante. A empresa pública de Minas Gerais precisa ter o compromisso primeiro com seu principal acionista, que é o povo de Minas Gerais, e não com os acionistas majoritários ou privados. Não que estes não devam ter seus direitos respeitados. Pelo contrário, respeitamos, sim, a importância do acionista privado, o direito ao lucro, mas esse lucro não pode prevalecer sobre o interesse social dessa empresa pública, que é patrimônio dos mineiros, que é mantida pelas contas pagas pelos mineiros. Então essa é uma preocupação importante.**

Outro tema, Sr. Presidente, traz-me à tribuna. Venho aqui fazer um registro sobre algo que também muito me preocupa. Hoje fui convidado pelo Beto Diniz, nosso Vereador de Contagem, a comparecer à Câmara Municipal desse Município, da qual tive o privilégio e o orgulho de fazer parte durante dois anos como Vereador. Convidou-me porque sou morador da região industrial, do Bairro Amazonas. Sr. Presidente, novos fatos preocupam aquela região, que viveu, no final do ano passado e início deste ano, uma tragédia social, com o chamado maníaco do Bairro Industrial, que assassinou, de forma covarde, várias mulheres. Muito se demorou para colocar a mão nesse bandido. Hoje, graças a Deus, ele está respondendo na Justiça por seus crimes, na Penitenciária Nelson Hungria. Mas, no último mês, o Bairro Industrial voltou a acordar e a dormir preocupado, pois voltaram a ocorrer crimes de violência sexual contra mulheres. Há várias ocorrências de agressão nos finais de tarde, deixando aquela população muito preocupada.

Então, hoje, a Câmara Municipal de Contagem, por meio da Comissão de Direitos Humanos e do Vereador Beto Diniz, nos convidou a lá comparecer. A nossa Deputada Federal Jô Moraes também esteve presente. O objetivo foi alertarmos, uma vez mais, as nossas autoridades de segurança pública para a importância de nos prevenirmos contra esse tipo de ação de bandidos, para que não ocorram casos como o do maníaco do Industrial. Quando as autoridades agiram, já havíamos perdido quatro vidas de trabalhadoras, de mães de família. Isso muito nos preocupa.

Estivemos lá para reforçar a luta e salientar a importância da presença das autoridades de segurança, como as Polícias Militar e Civil. Encaminharemos um requerimento ao Secretário de Defesa Social, para que atente para essa questão e reforce o policiamento, inclusive com o trabalho da Polícia Civil para identificar esse mais novo suposto maníaco, bandido que tem atacado mulheres e até crianças, como uma jovem que, na semana passada, foi vítima de mais uma tentativa de violência.

Ao tratar desse tema, chamo a atenção para a importância do projeto que está em tramitação e prevê a indenização para os menores, filhos de vítimas de violências doméstica e sexual, como é o caso dos filhos das vítimas do maníaco do Industrial. Eles não têm nenhum amparo do Estado. Temos um projeto de lei que prevê essa indenização. Se achamos justo que os filhos dos condenados, dos bandidos possam receber o auxílio-reclusão - e isso é importante, somos plenamente a favor -, também achamos justo que os filhos das vítimas recebam amparo, acolhimento por parte do poder público. Por isso esse projeto de lei de nossa autoria, que tramita na Casa, é de fundamental importância.

Deputado Paulo Guedes, nessa visita, que tive a oportunidade de fazer hoje, ficou evidente que a Câmara Municipal de Contagem é muito atuante, uma das mais atuantes do Estado de Minas Gerais, com Vereadores muito preocupados com as questões sociais do Município.

Nessa breve visita que fizemos hoje pela manhã, inteiramo-nos de muitas questões, como, por exemplo, a do Vereador Avair Salvador, relativa ao caos estabelecido no pátio do Palácio dos Leilões, que possui uma grande área no Município de Contagem destinada ao depósito de veículos apreendidos e em processo de execução judicial. Esses veículos lá ficam jogados, transformando-se em criatório do mosquito da dengue. Além disso, constatamos derramamento de óleo diesel e contaminação de nascentes por óleo de motor. A situação é muito preocupante, é um verdadeiro caos. Por essa razão, necessitamos de providências para termos normas de segurança mais adequadas em face da situação do Palácio dos Leilões. Houve uma visita da fiscalização para se firmar um termo de ajustamento de conduta, mas até esta data a empresa não teve o cuidado de implementá-lo. Isso tem trazido transtornos para a população, que se preocupa com a proliferação do mosquito da dengue. Isso realmente é muito preocupante.

Nessa mesma reunião na Câmara, também foi denunciada a situação de descaso das dependências do Detran Contagem, localizado no Bairro Jardim Laguna. Trata-se de um prédio cedido ao governo do Estado para instalação do Detran, mas, pelo visto, não houve capacidade nem compromisso de sequer dar manutenção digna ao imóvel, que está depredado, todo pichado e com fendas. Aliás, Vereadores da região levaram fotos de bichos sendo criados dentro das dependências desse Detran, como patos, gansos e marrecos. Além disso, o mato está crescendo, há muito entulho, e isso representa ameaça de dengue. Enquanto mostravam a foto dos marrecos dentro do Detran, coincidentemente, o nosso Vereador chamado Marreco fazia uma denúncia mais grave: como consequência do abandono da sede do Detran, à noite, o local vira ponto de prostituição e de consumo de drogas ilícitas.

O poder público estadual precisa ter mais cuidado com seus espaços, e as autoridades públicas estaduais precisam tomar providências. Não podemos admitir que o Detran de Contagem esteja em situação tão calamitosa. A região do Jardim Laguna pede socorro, pois o Detran é um importante órgão para o nosso Município, visto que tem uma grande arrecadação de IPVA. Agora, o Estado tem de dar o retorno na manutenção e na conservação daquele espaço, não pode deixar aquele logradouro como se fosse terra de ninguém. Isso é um grande absurdo. É por isso que conclamamos o governo do Estado, a Secretaria de Defesa Social e a diretoria do Detran a tomarem providências em relação àquele espaço. Que façam manutenção, que cerquem, que mantenham conservado aquele lugar. Afinal, tudo de que o Estado toma conta, quando não dá lucro ou quando não é empresa, prédio ou palácio, parece que fica abandonado. Por exemplo, os dois Sesjus parecem estar abandonados, e há muito tempo lutamos por isso aqui.

Se o Estado não dá conta de manter os seus espaços, como o Serjus do Bairro Amazonas, do Eldorado, que autorize, então, a doação, que, aliás, é objeto de um projeto de lei de minha autoria. Se o Estado não dá conta, o Município de Contagem dá.

Não podemos permitir que Estados importantes como este fiquem abandonados, à mercê, como se não tivessem gestão. Que Choque de Gestão é esse que não dá conta de cuidar do básico e de fazer o dever de casa? Contagem está pedindo socorro, já que o Estado de Minas Gerais está ausente da cidade. O nosso Estado não assume compromissos com a cidade de Contagem.

Assim, reiteramos aqui as denúncias formuladas pelos Vereadores Marreco, Ivayr Soalheiro, Avair Salvador, Ravilson e Beto Diniz, os representantes do povo de Contagem, os quais clamam por uma postura mais firme e mais presente do poder público estadual.

Por fim, ilustre Deputado Paulo Guedes, quero felicitar V. Exa. pela firmeza com que, durante todo o ano passado e este ano, tem lutado contra a indústria das multas do IEF. V. Exa. foi o primeiro a denunciar as arbitrariedades hospedadas dentro do IEF, as quais levaram à prisão do seu Diretor. Essa CPI, de autoria de V. Exa., que eu também assinei, está passando da hora de ser instalada para que possamos fazer uma completa limpeza no IEF. Parece-me que o Secretário José Carlos teve de tomar banho no Rio Arrudas e no Rio das Velhas para fazer o descarrego da sujeira existente dentro do IEF de Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Saúdo a todos. Há pouco participava de uma audiência pública na Comissão de Segurança, discutindo dois projetos muito importantes e de interesse dos servidores do Judiciário, a aprovação do Projeto de Lei nº 4.631, que garante o 3º grau para os Oficiais de Justiça e que estabelece a equivalência salarial. Não é justo que os novos Oficiais, que possuem o 3º grau, recebam salários de servidores de 2º grau. Assim sendo, é fundamental a aprovação desse projeto. Aliás, vamos solicitar a sua inclusão na ordem do dia para que ele seja aprovado antes das eleições e para reafirmar o compromisso da Assembleia Legislativa com os servidores do Judiciário. Outro projeto também muito importante e fundamental é o Projeto de Lei nº 3.797, que garante o auxílio-periculosidade aos Oficiais de Justiça, às Psicólogas Judiciais, às Assistentes Sociais, e aos Comissários de Menores. Aliás, já existe uma lei, de 1992, que fala sobre isso, mas o Tribunal de Justiça não a cumpre. Estamos aqui justamente para especificar os cargos que fazem jus ao auxílio-periculosidade. É fundamental a aprovação dessa emenda. Também existe um outro projeto, de minha autoria, tramitando na Casa, o qual garante o auxílio-periculosidade aos policiais civis e militares e aos Agentes Penitenciários. É um projeto que já está tramitando na Casa, que consta da Constituição Federal, mas infelizmente o governo também não o cumpre. Da mesma maneira, o auxílio-periculosidade já é lei para os Oficiais de Justiça desde 1992. É fundamental a aprovação desse projeto. Aliás, temos acompanhado esse encontro reforçado, essa mobilização no Congresso Nacional, a fim de conseguirmos quórum para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, em 2º turno, que irá equiparar os salários dos policiais militares e civis com os salários dos policiais militares e civis do Distrito Federal. Trata-se de uma luta antiga, e esperamos que isso saia do papel. Muitos duvidavam que seria possível conseguir essa aprovação. O projeto foi aprovado na comissão especial, em 1º turno, e o Deputado Federal Elismar Prado foi membro dessa comissão. Após o 2º turno, o projeto irá para o Senado. No ano que vem, a nossa luta será a criação de um fundo, porque é fundamental investirmos em segurança pública, investirmos no cidadão. Isso porque os policiais de Minas são os que têm uma das menores remunerações de todos os Estados da Federação. O governo não cumpriu a promessa de que os servidores de Minas seriam os mais bem remunerados. Infelizmente projetos como esse são necessários e precisam ser aprovados, porque as leis às vezes não saem do papel. A lei garante o auxílio-periculosidade, mas deram a desculpa de que, para recebê-lo, é preciso existir a denominação dos cargos. Então estamos fazendo isso por meio de uma emenda e esperamos que ela seja aprovada o mais rápido possível.

Outra situação também muito difícil é a dos servidores da educação, os quais têm uma atuação brilhante em todo o Estado. Parabenizamos o Sind-UTE, que protagonizou quase 50 dias de greve, com muita mobilização e pressão. "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura", e o governo voltou atrás, aceitando discutir com os servidores. Porém ele enviou um projeto para esta Casa que não contempla o conjunto dos servidores, pois pegou as gratificações e direitos adquiridos dos servidores de anos e anos, incorporou-as, criando um subsídio. Não podemos admitir essa situação, porque o governo deveria cumprir a lei federal que estabelece a criação do piso nacional para os servidores da educação.

No ano que vem, tenho certeza de que, independentemente de quem seja o governo, as coisas realmente serão muito diferentes, porque a categoria não aceita mais ser tão humilhada e sofrida, com um salário tão empobrecido. Os servidores recebem um salário de fome, uma miséria. Parabenizo os professores de todas as regiões do Estado pela mobilização, que precisa continuar com mais força. Tenho certeza de que os servidores terão muitas e muitas vitórias, tendo em vista a força e a mobilização da categoria. E hoje o governo reconhece a força desses servidores, que precisam realmente ser valorizados. Com o Orçamento do Estado de mais de R\$40.000.000.000,00, é inaceitável que - em 2003, o Orçamento era de R\$17.000.000.000,00 e chegará a quase R\$50.000.000.000,00 agora, tendo aumentado mais de três vezes - o salário dos servidores não acompanhe essa mesma elevação. O governo vem tratando seus servidores de todas as áreas de maneira muito injusta, principalmente a da educação e as serviços. Os salários que eles recebem, às vezes, mal dá para pagar as contas de água e luz, que, aliás, no nosso Estado, são muito elevadas. Então temos aí uma grande contradição. Para pagar o auxílio-periculosidade para os Oficiais de Justiça, existe uma luta danada, uma grande briga. Para garantir o direito dos servidores, de acordo com leis já aprovadas na Casa, para que elas saiam do papel, é preciso muita luta e pressão. O 3º grau dos Oficiais foi fruto de muita luta, pressão e mobilização. Mas, para o governo aumentar os impostos, não existe problema. Por exemplo, durante o "tarifaço", o IPVA de veículos utilitários aumentou em mais de 100%, mas houve a remissão, com um desconto para as locadoras de veículos. Então apresentamos uma emenda, votamos contra, mas infelizmente fomos derrotados. E o governo aumentou o IPVA. Minas Gerais é um dos poucos Estados que têm a taxa de licenciamento. Veículos com mais de 10 anos são obrigados a pagar o IPVA. Queriam cobrar até para chamar a polícia. Se o policial fosse a pé, seriam cobrados R\$12,00; se ele fosse de moto, R\$15,00; se fosse de carro, seriam mais de R\$20,00 por cada policial. Assim, seria mais fácil negociar com os bandidos que chamar a polícia. E, se o cidadão quisesse registrar o boletim de ocorrência, teria de pagar também. Apresentamos umas emendas e, com muita luta, mobilização e pressão, conseguimos impedir esse absurdo de pagar pelo BO. Impedimos também a cobrança da taxa para chamar a polícia. Conseguimos acabar com a lei, aprovada por esta Casa, que obrigava o cidadão a pagar a taxa de incêndio para as residências, quando o cidadão já estava recebendo as guias para esse pagamento. Então conseguimos aprovar a emenda, de nossa autoria, para a revogação dessa taxa de incêndio para as residências, e hoje o cidadão não é mais obrigado a pagá-la. Infelizmente não conseguimos derrubar essa cobrança do comércio e da indústria. Mas, nesta Casa, há um projeto tramitando que visa acabar também com essa taxa de incêndio para o comércio e a indústria. Entramos na Justiça, levamos o caso à OAB, e essa ação está no Supremo Tribunal Federal. Esperamos que essa taxa caia o mais rápido possível. Até as creches e os templos religiosos já estavam recebendo as guias para o pagamento da taxa de incêndio. Um verdadeiro absurdo, porque o cidadão já paga por meio dos impostos para custear o Corpo de Bombeiros.

Infelizmente grande parte desses recursos não vão para o Corpo de Bombeiros, mas sim para o caixa único do Estado. Muitas cidades, como, por exemplo, Uberaba, não têm escada Magirus. Se houver um incêndio de grandes proporções, será uma tragédia anunciada, porque infelizmente o Estado não cumpre sua responsabilidade e o Corpo de Bombeiros não tem os equipamentos necessários. Faltam desfibriladores e ambulâncias, a mínima estrutura para que o Corpo de Bombeiros desempenhe bem seu trabalho. Essa instituição conta com profissionais muito sérios, mas que infelizmente não têm os recursos para prestar melhores serviços à população.

Foram várias as vitórias. Acabamos com a cobrança da taxa de incêndio para as residências. Impedimos a cobrança da taxa para chamar a polícia e para fazer o boletim de ocorrência. Houve outra grande vitória em relação à Cemig: conseguimos a primeira redução da conta de luz em toda a história dessa empresa. Houve redução de 17%, em 2008. A Cemig pretendia colocar os inadimplentes no SPC e na Serasa. Conseguimos impedir isso por meio de emendas aprovadas na Casa. Barramos também a inclusão no SPC e na Serasa de quem estivesse inadimplente com a Copasa. Quando a Cemig corta a luz, o faz sem dó, e o cidadão precisa pagar taxa cara para religá-la. Já há penalidade, porque o cidadão fica sem a energia e sem a água. Então, não precisaria ser cobrada taxa de religamento, pois isso é dupla penalidade e fere o Código de Defesa do Consumidor. Por meio da campanha liderada no Estado contra as altas tarifas cobradas na conta de energia, pois temos a energia mais cara do Brasil, coletamos mais de meio milhão de assinaturas. Houve maior participação em audiências públicas, e realizamos estudos técnicos que revelaram várias irregularidades na planilha de custos. Toda essa pressão possibilitou a redução de 17% da tarifa de energia em 2008. Impedimos vários aumentos abusivos por meio da nossa luta, do nosso estudo permanente. Fomos uma pedra no sapato da Cemig, analisando a planilha junto à Aneel. A conta de luz já é muito cara. Só de ICMS pagamos 42% - é o ICMS mais caro do Brasil. Sempre falo que Tiradentes morreu por um quinto da Coroa, por 20%, e só o ICMS da conta de energia é 42%. Este ano, conseguimos impedir o aumento. Se não fosse a nossa luta em todo esse período, a conta de energia hoje seria, no mínimo, duas vezes mais cara, o dobro.

Além disso, derrubamos o veto do Governador e aprovamos um projeto muito importante, que autoriza a Cemig a explorar a internet e a TV a cabo pela rede elétrica. Ela oferecerá um serviço de internet dez vezes mais rápido, pela metade do preço. Ainda assim, 90% dos lucros que a

Cemig obtiver com essa nova empresa serão utilizados para a modicidade tarifária, ou seja, para diminuir a conta de luz, porque a rede elétrica está na casa do cidadão, sendo, então, dele. A rede que está na sua casa é sua. Se a Cemig a explorar, deverá pagar, como se fosse um aluguel, pela utilização dessa rede. Isso já é lei. Esperamos que, no máximo no próximo ano, isso já esteja em operação, e a Cemig possa oferecer internet e TV a cabo, a preço menor e com maior qualidade, utilizando os lucros para a modicidade tarifária.

Outra questão muito importante em relação à Cemig é que ela cobra PIS e Cofins em sua conta. Parabéns ao Carlos Viana, pois ontem o Rádío Itatiaia abordou esse assunto. O PIS e o Cofins são contribuições que devem ser pagas pela pessoa jurídica, pela empresa. Mas o que eles fazem? Jogam para o consumidor pagar. Hoje, em torno de 7% do valor que se paga na conta de energia refere-se a PIS e Cofins, que é responsabilidade da empresa, da pessoa jurídica, ou seja, da Cemig. Mas quem paga o pato é o consumidor. Basta pegar sua conta e verificar que 7% do valor pago refere-se a PIS e Cofins. Isso é ilegal. Já entramos na Justiça contra isso e temos a certeza absoluta de que ganharemos no Supremo Tribunal Federal.

Da mesma maneira, agem as empresas de telefonia. Aliás, elas fazem uma malandragem maior ainda: não especificam essa cobrança na conta. Os 7% estão embutidos, e o consumidor paga sem saber, na conta do telefone fixo, residencial, independentemente do plano utilizado. Então, com certeza absoluta, teremos a possibilidade de conseguir a vitória de retirar o PIS e o Cofins das contas de luz e de telefone. Nossa outra grande luta é pelo fim da assinatura básica da telefonia, totalmente ilegal, criada para fazer expansão das redes, que, desde 2006, estão prontas. Pela assinatura básica, estão sendo cobrados quase R\$50,00 por mês. Já existe um projeto a esse respeito tramitando na Casa. O Deputado Federal Elismar Prado está empenhado, como membro da comissão que analisa o projeto em Brasília. Além dele, aqui em Minas, estamos contribuindo por meio de ações na Justiça, objetivando o fim da cobrança pela assinatura básica, que é ilegal e totalmente indevida.

Sabemos da força das companhias telefônicas, que, em grande parte, dominam a imprensa e, realmente, têm um poder muito grande. Estamos convictos de que teremos mais uma vitória no que diz respeito ao PIS e ao Cofins, retirando o aumento tanto da conta de telefone quanto da conta de luz, cujas cobranças são indevidas.

Outra grande vitória foi em relação à Copasa. Sempre digo que a água tem preço de vinho. O preço que se paga pela prestação desse serviço é realmente muito elevado em várias cidades. Em alguns casos, é tão alto como o da luz. Às vezes, um cachorro não pode sequer mijar num poste, que imediatamente a energia cai, porque a cada dia a qualidade da prestação desse serviço diminui. Em várias cidades do Estado, como em Vazante, há muito condicionamento em relação à qualidade da água, que é muito cara, e a Copasa ainda cobra pelo tratamento do esgoto, sem prestar esse serviço.

Entramos com dezenas de representações na Justiça, conseguimos uma grande vitória no ano passado, a primeira em toda a história da Copasa, assim como ocorreu com a Cemig, pois conseguimos, pela primeira vez em 56 anos, reduzir em 17% a conta de luz. Para este ano, eles queriam um grande aumento; porém, o reajuste ficou abaixo dos índices inflacionários. Conseguimos fazer com que o governo cumprisse a lei federal, criando uma agência para regular o setor, porque, às vezes, estabelecia o preço que queria. Além disso, também entramos com várias e várias outras ações na Justiça. Em relação aos Municípios, como Uberlândia e Uberaba, houve um aumento muito grande no valor da conta de água. Por isso, entramos com representações no Ministério Público, tendo em vista que não pode haver aumento sem uma agência que regule o setor, que analise a planilha e que verifique os números - três, quatro e dez. Não é preciso diminuir; então, a planilha deverá ser analisada, não pode sair da cabeça do Prefeito, que não pode determinar o percentual a ser reajustado. Deverá haver uma agência com a participação da comunidade, que também deve fiscalizar.

Portanto, entramos com essas representações na Justiça e obtivemos várias vitórias. Em Montes Claros, o processo está na segunda instância, e deveremos ganhar também. Para terminar, gostaria de agradecer ao Deputado Paulo Guedes, parabenizá-lo pela brilhante atuação e dizer-lhe que ficamos muito felizes, pois, por onde passamos, todos nos reconhecem e dizem: "Olha o Deputado Weliton Prado, que luta contra as altas tarifas das contas de luz e de água, a taxa de incêndio e defende o servidor". Realmente, tenho muito orgulho de defender, com muita firmeza, os nossos servidores, que estão penalizados, e, de forma especial, os nossos professores. Espero que possamos aprovar os outros dois projetos tão importantes, o Projeto de Lei nº 4.631, que garante o direito dos servidores, e o Projeto de Lei nº 3.797, referente ao auxílio-periculosidade para os servidores do Judiciário. Muito obrigado e parabéns pela condução dos trabalhos.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes\* - Sr. Presidente, senhoras e senhores, todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia, na semana passada, tentamos usar a tribuna, na fase do pinga-fogo, principalmente em virtude da ausência de alguns Deputados. Não houve quórum e não pudemos usar o espaço democrático para fazer um pronunciamento muito importante. Mas estou aqui hoje para fazê-lo.

Primeiramente todos são testemunhas de que, nos últimos três anos, este Deputado utilizou esta tribuna por diversas vezes para denunciar o fato de que havia uma indústria de multas instalada no governo do Estado - aliás, em diversos órgãos, principalmente no IEF e no DER. Por muitas vezes apresentamos as denúncias e conseguimos realizar várias audiências públicas pelo interior do Estado, onde ouvimos depoimentos importantes e contamos com muitas participações. Estivemos no Projeto Jaíba, onde ouvimos os produtores e os agricultores familiares que estavam sendo penalizados pela indústria da multa, pela morosidade ambiental e burocracia instalada na Secretaria de Meio Ambiente.

Deputado Weliton Prado, realizamos uma série de audiências públicas para denunciarmos a perseguição aos taxistas de Minas Gerais e ao transporte alternativo e o monopólio do transporte rodoviário. Nessas audiências públicas, tivemos a oportunidade de constatar, de perto, que essas denúncias eram realmente verdadeiras. E mais ainda, denunciávamos aqui o abuso do IEF ao querer transformar, sem dó nem piedade, o Norte de Minas numa espécie de Amazônia mineira sem antes fazer o seu papel e pagar as indenizações. Na verdade, os órgãos ambientais de Minas queriam confiscar as propriedades que dão sustentação a essa região, que é uma das mais pobres do Estado.

Deputado Weliton Prado, por diversas vezes - e não apenas uma vez - apresentamos denúncias. Além disso, tentamos instalar aqui uma CPI e conseguimos colher as 26 assinaturas para investigarmos esse escândalo da máfia do carvão e da indústria da multa. Infelizmente não conseguimos instalá-la, porque o governo pôs a sua tropa de choque e conseguiu fazer com que alguns Deputados retirassem a sua assinatura, para que não se apurasse a sujeira desses órgãos.

O governo é de um partido que todos os dias tenta instalar uma CPI em Brasília, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado. Qualquer coisa é motivo para que Democratas e PSDB instalem uma CPI para tentar manchar o governo do Presidente Lula. Nestes oito anos do Governador Aécio Neves e Anastasia, esta Casa não investigou nada, pois é proibido instalar CPI e investigar em Minas Gerais. Depois que as denúncias feitas por este parlamentar forem comprovadas pelo Ministério Público e pela polícia, com a prisão de agentes importantes do governo, ou seja, do primeiro escalão do governo Aécio e Anastasia, como o Sr. Humberto Candeias, Diretor do IEF, e sua equipe, esperamos que esta Casa finalmente instale a primeira CPI em oito anos. Além disso, que possamos pôr fim à mordada estabelecida e imposta por uma maioria governista que não aceita investigar nada.

Quem não deve não teme, Sr. Governador. Precisamos investigar, porque nossa região, o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, o Noroeste do Estado, foi muito prejudicada por essa máfia do carvão, pela indústria da multa. Deixamos de criar empregos, de gerar renda; os empreendimentos e o Projeto Jaíba ficaram parados. Quem pagará esse prejuízo causado à nossa região? Para onde foi o dinheiro das multas abusivas, que chegavam a R\$1.500.000,00, R\$1.700.000,00, aplicadas a produtores do Norte de Minas? Esperávamos que essas multas

fossem, pelo menos, devolvidas à região em projetos realmente ambientais: na recuperação de nascentes, na construção de açudes, de barragens, no abastecimento de água nas comunidades, na revitalização do Rio das Velhas. Na semana passada, fiquei até surpreso com a tão propaganda Meta 2010 do Projeto Manuelzão. Dizia-se que o Governador Aécio Neves e ele tomariam banho no Rio das Velhas, aqui, em Santa Luzia, onde todo o esgoto da região metropolitana é jogado sem tratamento. Eles tentaram, mais uma vez, fazer uma peça publicitária. Tomaram banho, mas não retiraram a camiseta; o banho foi de roupa. As fotos estão nos jornais. Nunca vi ninguém tomar banho de roupa, mas todos estavam de camiseta, estavam todos vestidos. Acho que ficaram com medo das sanguessugas.

Foram tomar banho a 300km, chegando à foz do rio. Tenho certeza de que, se fossem tomar banho perto de Santa Luzia, de Belo Horizonte, ficariam atolados no esgoto e em toda porcaria que lá é jogada sem nenhum tratamento e chega ao Rio São Francisco, matando-o. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes\* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, vou dar continuação ao meu pronunciamento, já que, devido ao tempo, não conseguimos expressar na 1ª Parte da reunião tudo o que queríamos sobre a indústria das multas neste Estado, que agora é algo genérico, e não apenas da área ambiental. Hoje vemos multas para todos os lados; nunca vi um governo gostar tanto de taxas e de multas. Há excesso de arrecadação por todo lado, mas as coisas importantes, que gostaríamos de ver andando no governo, não andam, como a melhora do salário dos professores. Aliás, diversas categorias recebem menos do que um salário mínimo neste Estado. Vejam que falamos de Minas Gerais, o segundo Estado mais rico do País, cuja arrecadação triplicou nos últimos oito anos. Mas o governo tem priorizado outras coisas, como a compra da Light pela Cemig, no Rio de Janeiro, e de empresas no exterior, deixando para segundo plano programas importantes como o Luz para Todos. Como já foi dito hoje por alguns parlamentares colegas que me antecederam, esse programa está emperrado em Minas Gerais, andando a passos de tartaruga, e não por falta de dinheiro, já que na Bahia e em todos os outros Estados da federação o programa já está em sua fase final. Em Minas Gerais a Cemig tem-se preocupado com outros assuntos, como investimentos nas bolsas de valores, recursos em ações, pagamento de lucros a seus acionistas, sem priorizar esse programa tão importante, que está mudando a realidade do cidadão que vive no campo: o Luz para Todos, idealizado pelo governo federal.

É por isso que usamos este espaço para daqui fazer as cobranças necessárias.

Cumprimento o Deputado Ruy Muniz, do Norte de Minas, que testemunhou comigo os fatos que ocorreram em nossa região: os absurdos da indústria da multa, a perseguição implacável aos integrantes do IEF - não falo de todos, pois em toda regra há exceções. Não nos utilizamos deste espaço para dizer que todos os integrantes erram, mas para dizer que o erro se encontra no comando. Às vezes o simples funcionário que trabalha no escritório em Januária, em Salinas, em Montes Claros ou em São Francisco recebe ordens que devem ser cumpridas, da mesma forma que um policial militar. Pasmem, senhores, hoje, sem treinamento ou conhecimento da legislação ambiental, até mesmo policiais militares recebem bloco de emissão de multa ambiental. Eles não foram formados para isso, mas para dar segurança ao público. Na ânsia de arrecadar recursos, o governo de Minas Gerais tem desviado o aparato da Polícia Militar, que deveria cuidar da segurança da população, para, na maior parte do seu tempo, dedicar-se à indústria das multas. Em todas as rodovias, nos quatro cantos de Minas, há barreiras criadas não para estancar o tráfico de drogas que invadiu o Estado, não para reprimir o crime organizado. As polícias funcionam a mando do governo com o objetivo de aumentar a arrecadação.

Hoje é comum vermos um simples trabalhador rural que tem uma moto ou um carro levar os seus produtos para vender em uma feira da cidade. No entanto, ele não tem podido levá-los mais, pois, em todo dia de feira, ocorrem "blitze" para procurar defeitos, prender motos ou veículos, ver se os pneus do carro do cidadão estão carecas ou se falta uma seta, para emitirem a multa e encherem o caixa do Estado.

Isso desvirtua o papel fundamental da polícia de Minas Gerais. O absurdo maior: os policiais, em convênio com o IEF, também são responsáveis por multas ambientais. Não culpo a polícia, porque os policiais são mandados, são obrigados a fazer isso; mas isso tem que parar.

Depois de todas as denúncias que fizemos da tribuna desta Casa nos últimos três anos e com a tentativa de instalarmos CPI para investigar esse escândalo, até que enfim, de tanto denunciarmos o fato, o Ministério Público tomou algumas providências: fez a investigação e provou que realmente a indústria da multa e a máfia do carvão existiam. Tanto é que altos Diretores do IEF e da Feam estão atrás das grades. Em uma operação, eles foram presos e acusados de desvio de recursos e cobrança de propinas.

Isso é apenas a ponta do escândalo. Há muito mais coisa a ser apurada, quem sabe disso é quem vive lá na ponta, ou seja, o cidadão comum, o produtor rural ou o assentado de reforma agrária.

Esses órgãos ambientais são liderados por Humberto Candeias e José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente. Homem de confiança do Secretário José Carlos Carvalho, cansei de ver o Secretário vir aqui junto com o Humberto Candeias, em nossas audiências públicas, para defender a sua equipe, pois não admitia as denúncias e dizia que eram factóides, que nada disso existia. Então lhe pergunto, Secretário José Carlos Carvalho: o que o senhor me fala sobre a indústria das multas e a máfia do carvão?

Por isso é preciso investigar; por isso o José Carlos de Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, deveria pedir afastamento do cargo. Depois que terminássemos a investigação, se ficasse provado que não teve culpa alguma, ele poderia voltar para o cargo. Diante de um escândalo tão grande como esse, o governo mantém o Secretário de Meio Ambiente, quando foi preso o seu principal assessor direto, o Presidente do IEF, também o Vice-Presidente da Feam e os Diretores mais próximos. Não estamos falando da corrupção de um pequeno agente do interior, mas da corrupção no alto escalão do governo, que prejudicou o Estado, que prejudicou quem produz, que prejudicou os investimentos, que prejudicou a região mais pobre de Minas Gerais - o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e o Noroeste do Estado. Há processos de licenciamento em nossa região engavetados há cinco anos, e que só andam se houver agrados. Isso ficou provado com a prisão do ex-Diretor, Humberto Candeias.

Sr. Governador, está na hora de o senhor tomar providências. Fiquei triste, porque aprovamos aqui o projeto da Lei da Mata Seca, em 2008, não cumprido por V. Exa., não respeitado pelo José Carlos de Carvalho e totalmente desrespeitado pelo IEF. Depois de muita negociação, no final de junho aprovamos outro projeto tratando da mata seca, assinado pelo Deputado Gil Pereira e com o apoio de toda a bancada do Norte. O Governador foi a Montes Claros, na abertura da exposição, e estabeleceu compromisso com a classe rural dizendo que sancionaria o projeto. De repente, o Governador se recusa a sancioná-lo e o devolve para Assembleia Legislativa sancionar. O que quer dizer isso? O Governador está fazendo média com quem? Com Humberto Candeias? Com José Carlos de Carvalho? Está com medo de quem, Governador? Compromete -se com os produtores e se recusa a sancionar uma lei aprovada praticamente por unanimidade nesta Casa. Isso nos deixa dúvidas. Essa lei será cumprida? Será que acontecerá o mesmo que ocorreu com a lei anterior? Assim que aprovamos o projeto nesta Casa, tudo parou. Em 2008, o José Carlos de Carvalho, Secretário de Meio Ambiente na ocasião da aprovação da Lei da Mata Seca, disse em alto e bom som, como foi muito bem lembrado pelo Orlando Machado, da Associação dos Irrigantes do Norte de Minas, pelo Alexandre Vianna, Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, e pelo companheiro Vilson, Presidente da Fetaemg: "Vocês ganharam, mas não levaram". Imediatamente ele acionou a Ministra Marina Silva e conseguiram fazer um decreto absurdo, dizendo que a nossa região é de mata atlântica.

Governador, só espero que o senhor e sua equipe do meio ambiente, liderada por Humberto Candeias e José Carlos de Carvalho, não voltem a cometer mais absurdos, gerando mais desemprego no Norte do Estado de Minas Gerais.

Estive em Arinos na semana passada, onde me reuni com 60 taxistas, todos vítimas da indústria da multa liderada pelo DER. No Estado de Minas Gerais, a população não tem mais direito de ir e vir, não pode mais escolher que transporte usar. Ela é obrigada a usar os ônibus da meia dúzia de empresas patrocinadas pelo governo do Estado.

Para que serve um táxi em Riachinho, Chapada Gaúcha, Miravânia, Poté e Santo Hipólito senão para as pessoas se deslocarem para uma cidade mais próxima, para grandes centros onde haja hospital, agência do INSS, agências bancárias, Justiça, enfim, para onde precisam ir? Mas, não; nessas cidades, onde nem linha de ônibus há, as pessoas têm de ficar ilhadas, pois, se pegarem um táxi, são humilhadas e retiradas do veículo nas estradas, e o táxi é multado. É uma humilhação só. Acorde, Governador! Acorde, Governador, administre o Estado de Minas Gerais. Vamos olhar para o nosso Estado, que não é apenas Belo Horizonte nem apenas sua Região Metropolitana. Lembre-se de que o próprio nome Minas Gerais já diz: minas de ouro, de Ouro Preto e de Ouro Branco, a parte rica, e os gerais do Norte de Minas, de Manga, Matias Cardoso, Montes Claros, Salinas, São Francisco e Januária, onde começou a civilização mineira. Matias Cardoso foi a primeira Capital. No entanto, tudo isso foi esquecido. Essa região também tem gente, também tem mineiros, catrumanos e corajosos. Esperamos que o senhor faça alguma coisa e pare com a indústria da multa contra essa região, que está hoje desprestigiada no seu governo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/8/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observadas as Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, 17.637, de 14/7/08, a Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e a Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/7/10, o servidor João Augusto Gajo, CPF: 120.953.626-91, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/7/08, na Lei complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 9/8/10, o servidor José Dutra de Freitas, CPF nº 199.865.056-15, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 61/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 9/9/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de licenças de "softwares".

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

### Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Pedra Grande Transportes e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrações de "makrolon" ou similar, com capacidade de 20 litros, lacrados, na quantidade estimada de 550 garrações por mês, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de 150 garrações com as respectivas grades e de 50 bebedouros elétricos. Vigência: 12 meses a partir de 24/8/2010. Licitação: Processo Licitatório nº 50/2010 - Pregão Eletrônico nº 50/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.